PROJETO DE LEI Nº 4.036, DE 17 DE JULHO DE 2017

Dispõe sobre criação do Cadastro Municipal de Contribuinte com direito ao benefício de redução do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, previsto na legislação municipal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprova:

Art. 1º Fica instituído, para fins de redução do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, previsto na legislação municipal, o Cadastro Municipal de Contribuinte.

Art. 2º O Cadastro sobre a qual dispõe esta Lei será elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda Pública, através do órgão competente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 3º O Cadastro Municipal de Contribuinte será elaborado com formulário ou impresso próprio através de ficha cadastral do contribuintes, contendo:

I – nome do contribuinte;

II – localização do imóvel: nº residencial, bairro, setor, quadra e lote;

III – número de construções existentes nos lotes, com as respectivas dimensões;

IV - informação comprobatória que existe ascendente ou descendente do contribuinte, residente no imóvel;

V - padrão do imóvel;

VI - idade e estado civil do contribuinte;

VII - informações sobre o estado civil do contribuinte;

VIII - informação que comprove a espécie ou tipo de benefício que o contribuinte recebe do INSS ou qualquer outro órgão de seguridade social.

Art. 4º Ao contribuinte beneficiado pela redução do IPTU, devidamente cadastrado, desnecessário o requerimento para obter o direito da redução do referido imposto, no exercício tributário competente.

Parágrafo único . Não será exigido do contribuinte beneficiado pela redução do IPTU o pagamento ou cobrança de nenhum tipo de taxa para a sua inclusão no cadastro de que dispõe esta Lei.

Art. 5º O contribuinte beneficiado pelo disposto nesta Lei deverá apresentar documentos que comprovem que é proprietário do imóvel sobre o qual incide a redução ou locador ou detentor da posse do imóvel.

Parágrafo único . Será apresentada cópia da escritura pública do imóvel ou qualquer outro documento que lhe assegure a posse do imóvel.

Art. 6º O Chefe do Executivo Municipal poderá firmar convênio, acordo ou ajuste com a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Timóteo para viabilizar a elaboração do referido cadastro e dos objetivos constantes desta Lei.

Art. 7º O cadastro que dispõe esta Lei será objeto de renovação a cada período de cinco (05) anos.

Art. 8º Toda transferência de imóvel residencial será objeto de pesquisa ou levantamento no Banco de Dados do Cadastro Municipal de Contribuinte.

Art. 9º O cadastro que dispõe esta Lei será providenciado pelos servidores da Secretaria Municipal e da Unidade de Assessoramento responsável pela sua elaboração.

Parágrafo único . O preenchimento do cadastro será obrigatoriamente na presença do contribuinte ou seu representante legal.

Art. 10 . Decreto do Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 . Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.356, de 16/08/2001.

Art. 12 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 17 de julho de 2017

Moacir de Castro
Vereador

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa regularizar a situação do contribuinte beneficiado pela redução fiscal que muitas vezes enfrenta uma série de burocracia tendo que requerer a redução a cada exercício.

O Cadastro dará também maior segurança e garantia à Municipalidade sobre as pessoas que realmente tenham o direito à redução.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2017

Moacir de Castro
Vereador